



**REQUERIMENTO N °,                      2013**  
**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**DEPUTADO VICENTINHO PT/SP**

Requer a realização de audiência pública para debater sobre o descumprimento da Lei nº 12.740/12.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, ouvindo o Plenário desta comissão, que sejam convidados representantes que irei informar posteriormente, para debater sobre o não cumprimento da Lei 12.740/ 2012, publicada no DOU de 10/12/2012, que trata dos 30% de periculosidade, e altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto ao conceito das atividades e operações consideradas perigosas.

**JUSTIFICATIVA**

Desde a aprovação da Lei 12.740/12 – que determina o pagamento aos vigilantes de adicional de periculosidade/risco de vida no percentual de 30% do Piso salarial, os trabalhadores vigilantes enfrentam dificuldades, originadas por parte do patronato, para que a Lei seja cumprida. Vigilantes de alguns estados já percebem esse direito devido não à determinação legal, mas por terem realizado movimentos paredistas que obrigaram aos patrões a cumprir a Lei. Entretanto, na maioria dos estados, ainda residem o pensamento retrógrado e a desobediência civil, obrigando a categoria à paralisações. Cômicos dos seus direitos, os vigilantes de todo o País reivindicam o adicional de periculosidade e lamentam ter que realizar paralisações pelo cumprimento da Lei.

Assim sendo, urge esta casa realizar audiência pública, no âmbito da CTASP, a fim de debater essa triste situação.

Sala das comissões, em                      de                      de 2013.

**Deputado VICENTINHO (PT/SP)**